



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA Nº 01/2012

1 Aos dezessete dias do mês de janeiro de dois mil e doze, às treze horas trinta minutos, reuniram-
2 se na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul –
3 IFRS, situada na Rua General Osório, trezentos e quarenta e oito, bairro centro, Bento
4 Gonçalves, os membros do Colégio de Dirigentes, a saber: professora Cláudia Schiedeck Soares
5 de Souza, Reitora do IFRS, professor Augusto Massashi Horiguti, Pró-Reitor de
6 Desenvolvimento Institucional, professor Giovani Silveira Petiz, Pró-Reitor de Administração,
7 professora Viviane Silva Ramos, Pró-Reitora de Extensão, professor Amilton de Moura
8 Figueiredo, Diretor do *Campus* Restinga, professor Luciano Manfroi, Diretor do *Campus* Bento
9 Gonçalves, professor Ivan Prá, representando o professor Luís Carlos Cavalheiro da Silva,
10 Diretor do *Campus* Feliz, professor Mariano Nicolao, Diretor do *Campus* Canoas, professora
11 Melissa Dietrich da Rosa, Diretora do *Campus* Farroupilha, professor Marcelo Lima Calixto,
12 representando a professora Migacir Trindade Duarte Flôres, Diretora do *Campus* Ibirubá,
13 professor Odirce Teixeira Antunes, Diretor do *Campus* Sertão, professor Osvaldo Casares Pinto,
14 Diretor do *Campus* Rio Grande, professor Júlio Xandro Heck, representando o professor Paulo
15 Roberto Sangoi, Diretor do *Campus* Porto Alegre, professor Claudino Andrighetto,
16 representando o professor Roberto Saouaya, Diretor do *Campus* Osório, professor Sérgio
17 Wesner Viana, Diretor do *Campus* Erechim e a professora Tatiana Weber, Diretora do *Campus*
18 Caxias do Sul. Também participou da reunião Luiz Vicente Koche Vieira, Diretor de Gestão de
19 Pessoas da Reitoria, com tópicos específicos da pauta. A reunião foi presidida pela professora
20 Cláudia e teve como pauta os seguintes tópicos: **Concurso para Técnicos e Docentes,**
21 **Redistribuições, Pastas Funcionais dos Servidores, Agenda da Diretoria de Gestão de**
22 **Pessoas, Obras e Informes Gerais.** Como primeiro item da pauta, a Reitora, professora
23 Cláudia, iniciou a reunião com os **Informes Gerais. Sobre a posse do novo ministro.**
24 Informou que ocorrerá troca de Ministro, na qual Aloísio Mercadante assumirá o Ministério da
25 Educação a partir de fevereiro. Em reunião no Ministério da Educação, o atual Ministro,
26 Fernando Haddad assegurou as Reitores que a troca de Ministro não significa descontinuidade
27 do atual projeto, embora se tenha conhecimento que o intuito primeiro do novo ministro será a

28 implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
29 **Sobre o orçamento e a implementação dos novos *campi* do IFRS.** Apresentou que está na
30 pauta para 2012 a questão do “passivo” da expansão da Reder Federal, considerando que o ideal
31 para construção de um *campus* avançado é cerca de cinco milhões (R\$ 5.000.000,00) e dez
32 milhões (R\$ 10.000.000,00) para os *campi*, pois não se objetiva mais discutir expansão sem a
33 garantia dos recursos não descentralizados quando da criação dos *campi/campi* avançados. Não
34 se trata de uma questão de expansão, mas sim de finalização das obras em construção. A
35 professora Cláudia apresentou os quantitativos de discentes por vagas acerca de alguns cursos
36 do IFRS, com base nos dados do Sistema de Seleção Unificada (SISU), demanda que justifica o
37 crescimento do IFRS, considerando as áreas de maior procura: engenharias, cursos de
38 informática e cursos de administração. Também informou ao grupo sobre um ofício recebido
39 pela Embaixada Francesa acerca do interesse destes em encaminhar estagiários com o intuito de
40 propiciar aulas e cursos de Francês para os alunos e servidores do IFRS, questionando ao final
41 de sua fala sobre o interesse dos *campi* em estar recebendo estes estagiários, lembrando sobre o
42 exíguo período para resposta ao ofício. Lembrou também da importância que esta oportunidade
43 junto à Embaixada Francesa representa em relação aos critérios quanto à Língua Estrangeira,
44 impostos pelo Programa Ciência Sem Fronteiras, especificamente o edital para Tecnólogos no
45 Canadá. **Sobre o Relatório de Gestão.** O professor Augusto apresentou o Eduardo, servidor da
46 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional como responsável pelo Relatório de Gestão,
47 aproveitando para colocar que está se encontrando dificuldades com relação ao recebimento das
48 informações necessárias ao Relatório. Há necessidade de envio do Relatório ao Conselho
49 Superior (CONSUP) até meados de fevereiro, verificando os prazos necessários para o
50 compilamento e análise das informações, bem como para os demais encaminhamentos para
51 aprovação. Em virtude do exposto, solicitou que os Dirigentes verificassem a situação em seus
52 *campi*, para viabilizar a construção do documento. A Reitoria enfatizou que não podemos correr
53 o risco do Relatório de Gestão não ser aprovado, pois necessitamos enviá-lo ao Tribunal de
54 Contas da União (TCU), solicitando especial atenção ao assunto. Retomou o ofício da
55 Embaixada Francesa, realizando breve leitura na qual apresentou as exigências para participar
56 do programa, destacando o pagamento de bolsa no valor de setecentos reais (R\$ 700,00) para os
57 *campi* que dispõem de alojamento estudantil e mil reais (1.000,00) para os que não dispõem.
58 Informou também que apenas oito (8) estagiários foram enviados, e provavelmente o IFRS
59 conseguiria apenas um único, o qual poderia desenvolver suas atividades/aulas de forma
60 itinerante, contemplando toda Instituição. Sobre o custeio de sua bolsa, comentou que esta
61 poderia ser paga com recursos da Assistência Estudantil. O *Campus* Farroupilha demonstrou
62 interesse em participar da parceria Franco-Brasileira. **Sobre o Concurso Público para**
63 **Docentes.** A professora Cláudia solicitou ao Vicente, Diretor de Gestão de Pessoas, que
64 realizasse um relato sobre a atual situação do processo. Vicente apresentou que a Fundação de

65 Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) está requerendo algumas
66 informações que nortearão o processo seletivo, natureza das provas, detalhes sobre títulos,
67 entrevistas didáticas, com o fim de orçar o processo para o IFRS. Levantou algumas questões
68 que demandam discussão e análise do grupo, asseverando que dependendo de certos critérios,
69 influenciará nos valores do processo, como o local a ser realizado – descentralizado ou em Porto
70 Alegre. Concurso para Técnico-Administrativos em Educação estão com problemas junto à
71 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), pois não há mais códigos de vaga
72 disponíveis em virtude da grande quantidade de nomeações realizadas nos concursos anteriores.
73 Ressaltou que deve-se observar os quantitativos de vagas disponíveis nos editais dos concursos,
74 pois deve-se nomear todos aprovados de acordo com a quantidade disponibilizada. Só é possível
75 realizar o concurso após a criação de novos códigos de vaga, o que ocorrerá provavelmente em
76 abril. O professor Mariano apontou o fato de que seria interessante a realização das provas nas
77 diversas cidades dos *campi*, porém nada impede a realização em Porto Alegre, uma vez que com
78 grande maioria dos concursos de outras instituições é realizado neste formato. O professor
79 Osvaldo colocou que seria interessante a realização no próprio *campus*, que já possui espaço
80 apropriado para a aplicação da prova e sugeriu a realização em três polos distintos. O professor
81 Odirce destacou que possui local apropriado para a realização do certame em Sertão,
82 disponibilizando cerca de mil e duzentos lugares (1.200), o que tornaria menos custoso para o
83 pessoal que for participar, bem como evitaria o deslocamento até Porto Alegre. O professor
84 Mariano relembrou a experiência com o processo seletivo, que nos trouxe vários problemas
85 quando da aplicação da prova, porém o público-alvo do concurso público é outro, o que
86 demanda maior atenção e cuidado. A professora Tatiana concorda com o Mariano com relação
87 público-alvo, que nem sempre é da cidade na qual encontra-se o *campus*, o que corrobora com a
88 aplicação da prova em Porto Alegre. O professor Amilton destacou que se o intuito de delegar
89 competência à FAURGS para organizar o concurso evitando se envolver no processo deve caber
90 a tal instituição a escolha de onde realizar as provas. O professor Sérgio ressaltou preocupação
91 com o possível número de inscritos, podendo ser alto em virtude da quantidade de vagas, o que
92 tornaria mais fácil o gerenciamento do processo em único local. Também sugere que a parte
93 objetiva da prova fique toda a cargo da FAURGS e que a prova de título e didática fique a cargo
94 dos *campi*. A professora Cláudia enfatizou que não temos respostas prontas para esta questão e
95 que teremos que apostar em um modelo, pois é uma experiência. Também acredita que o
96 processo pode ser realizado em um único local. Destaca que haverá áreas que não terão
97 candidatos inscritos e que qualquer problema durante o certame, a Instituição estará sujeito à
98 ação judicial. O professor Mariano lembrou que o sistema da FAURGS não está apto a receber
99 inscrições por *campus* e demandará adaptação. O professor Osvaldo levantou preocupação com
100 realização de bancas por *campus*, considerando o fato que determinadas áreas não possuem
101 profissionais necessários para montar uma banca de avaliação. Ficou decidido que a prova

102 objetiva caberá a FAURGS o gerenciamento e aplicação, no local por eles definido e que a
103 prova didática posteriormente será decidido como serão conduzidas nos *campi* do IFRS. O
104 professor Osvaldo colocou que se deve estabelecer o programa de todas as provas, para
105 especificar os perfis profissionais de que a Instituição necessita. A professora Cláudia
106 concordou e ponderou sobre ter seriedade com o assunto, pois este foi um erro ocorrido no
107 último concurso. O professor Mariano aponta a possibilidade dos professores do *campus*
108 questionaram a não participação na realização das questões. A FAURGS determina que as
109 questões devem ser organizadas na Fundação, mesmo que por profissionais externos, como
110 garantia de segurança. A Reitora comentou que o Instituto Federal do Acre está sobre
111 investigação junto ao Ministério Público, por questões de ilicitude na condução dos processos
112 seletivos. O ideal seria que se pensasse em um banco de questões, para agilizar o processo.
113 Sobre os conteúdos, o professor Amilton sugeriu que se dividisse por áreas para não
114 sobrecarregar ninguém e não sobrepôr o trabalho, sugerindo a divisão destes pelas
115 especialidades de cada *campus*. A professora Cláudia enfatizou sobre a importância de se definir
116 bem os conteúdos, pois é através deste mecanismo que se selecionará o perfil do profissional
117 que a Instituição necessita. Sugeriu dois encaminhamentos possíveis com relação à definição
118 dos conteúdos: observar o programa de outras instituições de ensino, como base para a
119 construção de nosso programa ou solicitar à FAURGS que apresente os conteúdos e após se
120 definir, em um segundo momento, as especificidades do conteúdo, assim, apenas será feito um
121 processo de revisão e/ou exclusão. O segundo encaminhamento da Reitora foi a proposta aceita
122 pelos Dirigentes. O professor Júlio comentou que a FAURGS tem um pensamento lógico mais
123 voltado para a Academia (Universidade) e que tal postura não se aplica à realidade da educação
124 profissional. A professora Cláudia orientou para que os *campi* que possuem docentes das áreas
125 específicas solicitassem a estes para realizar um levantamento de conteúdo, para posterior à
126 apresentação da proposta da FAPERGS, contrastar ambas e verificar a validade da proposta
127 apresentada. **Sobre o Concurso Público para Técnico-Administrativos em Educação.** A
128 professora Cláudia colocou que o certame é um problema por uma série de questões. Para lançar
129 o edital, deve-se esperar a aprovação dos códigos de vaga. Há também a questão das
130 redistribuições, remoções e transferências internas. Se o edital for publicado em maio, implica
131 em dizer que o primeiro edital de remoção já venceu. O professor Mariano questionou sobre as
132 liberações para remoções, se estas só ocorrerão após o concurso. Sugeriu que a liberação só seja
133 feita após conversa entre ambos os diretores, para evitar cobranças e pressão interna por parte
134 dos servidores. A professora Cláudia pontuou que esta situação, com relação aos
135 encaminhamentos, está acontecendo em diversas esferas. Sugeriu para que a comunicação entre
136 Diretores se desse efetivamente, evitando desentendimentos e situações constrangedoras com o
137 servidor. O professor Osvaldo colocou que segundo o edital de remoção, pode ser liberado o
138 servidor aprovado assim que houver a reposição da vaga. Sugeriu que se utilizasse os códigos

139 de vagas existentes para a liberação das remoções, como forma de amenizar a situação atual.
140 Vicente apresentou os códigos de vaga disponíveis, destes, sendo nove códigos para docentes. O
141 professor Sérgio recordou situação sobre a liberação de remoções, desde que houvesse um
142 diálogo entre os diretores. O professor Amilton concordou com o professor Sérgio, enfatizando
143 que está claro que os diretores têm autonomia para dispensar o servidor para remoção, de acordo
144 com a orientação normativa, que respalda tal atitude. O professor Júlio aponta recomendação do
145 Supremo Tribunal que estabelece que os aprovados no concurso público devem ser chamados,
146 na existência de vagas. A Reitora recomendou que se faça um estudo dos editais de remoção,
147 das possibilidades de redistribuição, objetivando minimizar o impacto. O professor Mariano
148 questionou acerca da possibilidade de renovação do primeiro edital. Sobre os temporários, o
149 Vicente colocou que tem setenta e um (71) temporários existentes nos *campus* novos e muitos
150 não estão sendo utilizados. A professora propôs que se realizasse um levantamento dessa
151 demanda e que estes fossem utilizados para solucionar o problema da remoção. Sabe-se que o
152 *Campus* Ibirubá tem uma demanda de professores temporários, em virtude da alta carga horária
153 dos docentes. Segundo levantamento, os *campi* possuem as seguintes vagas disponíveis que
154 serão utilizadas: Farroupilha – 8 vagas; Osório – tem 6 vagas, porém não tem conhecimento de
155 quantas destas serão utilizadas; Porto Alegre – não dispõe de vagas; Canoas – 6 vagas; Sertão –
156 não dispõe de vagas; Bento – não dispõe de vagas; Ibirubá – 10 vagas; Feliz – 2 vagas; Rio
157 Grande – não dispõe de vagas; Caxias – 9 vagas; Erechim – 7 vagas; Restinga – 4 vagas. Assim,
158 existem quarenta e seis (46) temporários disponíveis, em números oficiais. Considerando os
159 setenta e um (71) docentes temporários que o IFRS dispõe, há uma boa margem de temporários
160 disponíveis. Diante de tais dados, pode-se realizar um estudo e verificar de que forma podem ser
161 gerenciados os docentes temporários para auxiliar na redistribuição. A professora Tatiana
162 observou que se tenha uma reserva de temporários em virtude de que quando o docente
163 temporário rompe o contrato, perdeu-se a vaga. O professor Osvaldo ressaltou que trocar o
164 pessoal da remoção por substituto pode ser complicado. Há um caso específico no *Campus* Rio
165 Grande sobre uma vaga de concurso, que nos últimos quatro certames, ainda não foi preenchida.
166 A Reitora asseverou que utilizar os substitutos é uma alternativa passível de ser utilizada para
167 minimizar o problema de remoção, mas não será imposta tal alternativa aos Diretores como
168 solução ao problema. Como encaminhamentos sobre o assunto, acordou-se que será emitida
169 recomendação normativa que cancelará a regulamentação que estagnava a remoção. Deve-se
170 revogar esta recomendação, não estipulando prazos, para possibilitar as redistribuições,
171 resolvendo parcialmente o problema até o próximo concurso, através da redistribuição, tanto de
172 técnicos quanto de professores. **Sobre as Pastas Funcionais dos Servidores.** O Vicente relatou
173 que a Diretoria de Gestão de Pessoas está encontrando problemas com relação a falta de
174 dados/informações dos servidores, quando questionados, principalmente referente aos processos
175 judiciais, Tribunais de Contas, processos de afastamentos, etc. Seria interessante que quando do

176 ingresso do servidor, a pasta funcional permanecesse na Reitoria, o que não inviabiliza que o
177 *campus* fique com cópia. A professora Cláudia ressaltou que parte dos nossos problemas
178 ocorrem porque as informações não vem corretas. Facilitaria o gerenciamento da informação se
179 ocorrer a centralização das pastas funcionais na Reitoria. Enfatizou também a questão da
180 segurança no trato da informação funcional dos servidores, colocando sobre a falta de estrutura
181 física que garanta a segurança da informação. Solicitou que os Diretores sensibilizassem os
182 servidores da Gestão de Pessoas dos *campi* e que enviassem para a Reitoria as pastas funcionais
183 dos servidores, ficando apenas com cópia. Comunicou também que está sendo elaborado uma
184 proposta de atribuições relativo às atividades da Gestão de Pessoas – Reitoria/*Campi*, em
185 virtude de pequenos problemas com funções/atividades entre os servidores. **Sobre a Agenda da**
186 **Diretoria de Gestão de Pessoas.** Vicente apresentou ao grupo que a DGP está elaborando uma
187 agenda com os *campi*, na qual toda a equipe da Diretoria se deslocará até o *campus* para
188 apresentar os projetos que estão em andamento, bem como esclarecer dúvidas dos servidores,
189 apresentar trâmites, estrutura e demais atividades afins. A Reitora parabenizou a iniciativa da
190 DGP de deixar claro os nortes que serão tomados no corrente ano, informando ao grupo sobre a
191 criação de um site específico para a DGP. Vicente apresentou que na primeira semana de março
192 iniciará a visita aos *Campi* Ibirubá, Sertão e Erechim. Considerando a reunião do CONSUP em
193 Rio Grande, final de fevereiro (27 a 29), a primeira reunião pode ser em Rio Grande. Região
194 Metropolitana (Porto Alegre, Restinga, Canoas e Osório) em maio. A Reitora solicitou apoio
195 dos Dirigentes para quando da visita da DGP, que ocorresse a liberação dos servidores para este
196 momento/reunião, ao passo que foi atendida a proposta. **Sobre a Tecnologia de Informação –**
197 **TI.** O professor Augusto apresentou que o *campus* Rio Grande está cedendo dois servidores
198 para que realizam trabalhos para a Reitoria, no Sistema Acadêmico, em tempo integral e estes
199 estão fazendo falta, pois não estão conseguindo atender as demandas do *campus*. Diante do
200 exposto o professor Osvaldo solicitou colaboração dos demais para auxiliar no processo,
201 cedendo outros servidores para colaborarem no desenvolvimento do Sistema. A Reitora colocou
202 que compreende o problema e recorda que já encaminhou e-mail solicitando aos *campi* para
203 auxiliarem quanto a esta demanda e entende que fica complicado sobrecarregar um *campus* em
204 detrimento dos demais. O professor Mariano propõe um trabalho colaborativo, considerando
205 que o *campus* tem dois, e se ceder um, ficaria com cinquenta por cento (50 %) da capacidade. A
206 professora Cláudia comentou que a implementação de um programa para resolver nossos
207 problemas demanda muito tempo, de dois e três anos para entrar em funcionamento. Essa
208 demanda não é única no IFRS, mas é uma demanda de todos os Institutos Federais. Atualmente
209 existe o SIGA Edu e SIGA ADM que, embora se tenha investido milhões no desenvolvimento
210 destes programas, não vão adiante. Dentro do Conselho Nacional das Instituições da Rede
211 Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) será discutido esta questão
212 para ver os rumos que os Institutos tomarão. Enfatizou que é necessário um sistema funcional,

213 independentemente de ser software livre ou software comprado, em virtude do crescimento que
214 o IFRS está tendo. O professor Mariano apontou a necessidade de a TI estabelecer o
215 mapeamento dos fluxos para posteriormente customizar as ferramentas do sistema,
216 considerando que qualquer sistema adotado demandará ter definido os fluxos. O professor
217 Sérgio lembrou que o processo de mapeamento dos fluxos de trabalhos está em andamento nos
218 *campi*. O professor Claudino ressaltou que as questões dos fluxos são importantíssimas para
219 implementar os processos nos sistemas adotados. Ficou acordado que na próxima reunião do
220 Colégio de Dirigentes, a Reitora convocará representante da Diretoria de Tecnologia da
221 Informação para resgatar o cronograma apresentado em reuniões anteriores para organizar e
222 identificar o pessoal para auxiliar no processo. **Sobre a Instrução Normativa.** A professora
223 Cláudia colocou que sobre o assunto a gestão estão sendo acusada de agir na surdina. Colocou
224 que conversou com o professor Sérgio Pedini, Reitor do IF Sul de Minas, sobre a normativa de
225 Carga Horária Docente, a qual socializará com os Dirigentes, para análise e conhecimento.
226 Enfatizou que o instrumento criado pelo IFSULDEMINAS possibilita saber onde o docente se
227 encontra. Devido demanda dos *campi*, sobre a questão do plano de trabalho, inserção da
228 pesquisa e extensão, decidiu-se não criar outra Instrução Normativa, considerando que o assunto
229 será discutido durante o semestre. O professor Mariano coloca sobre como é difícil aferir a
230 quantidade de horas de determinado projeto e sugere associar a questão da progressão à
231 produção, além da criação de um novo instrumento para avaliação. O professor Júlio apresentou
232 que reuniu grupo de professores para discutir a questão de carga horária. Foi consenso cumprir a
233 Instrução nº. 82 até seu prazo de vigência e posterior criação de outro instrumento. Concorda
234 com o professor Mariano, criando o regramento para a progressão, atrelando à carga horária. A
235 professora Melissa concorda que a progressão deve ser discutida/definida. No *Campus*
236 Farroupilha foi discutida a questão da carga horária ainda antes do surgimento da Instrução nº.
237 82 e questionou se pode implementá-la. O professor Augusto coloca que a efetivação da
238 regulamentação está ocorrendo de diferentes formas nos *campi* e enfatiza sobre a preocupação
239 de padronização e possíveis problemas futuros com relação a unificação da proposta. A
240 professora Tatiana colocou que, para registrar, que sua preocupação é a mesma. A professora
241 Cláudia ressaltou que os encaminhamentos não estão sendo bem feitos. Esclarece que a
242 Instrução Normativa surgiu do fórum do Comitê de Ensino e sugere que se resgate o assunto
243 através da discussão da progressão docente e do estágio probatório. Sobre a questão da
244 professora Melissa, pode até colocar em prática o que o grupo discutiu, porém isso implica em
245 diferenciação entre os *campi*. O professor Júlio aponta que tem um artigo da Instrução nº. 82
246 que resguarda a isonomia do *campus*, discricionariedade. A Reitora destacou que o objetivo da
247 normativa era dar um parâmetro/nivelamento e não interferir na autonomia dos *campi*. A
248 professora Viviane ressaltou a Instituição deve ter unidade institucional e não ser apenas um
249 agrupamento de *campus*. O professor Mariano destacou que deve haver uma padronização de

250 fluxos. Também coloca deve haver uma padronização de avaliação para progressão. O professor
251 Augusto apresentou que foi lançada uma metodologia de trabalho sobre a construção do
252 documento de avaliação na última reunião do Conselho Superior, ocorrida em Ibirubá. Sobre a
253 questão do ponto, orientou-se que, aulas e demais atividades no *campus*, demandam assinar o
254 ponto e o diretor tem a prerrogativa de nas atividades de convocação, como as reuniões, no caso
255 de faltas não justificadas, de cortar o ponto. Ainda sobre o ponto, o professor Luciano
256 questionou se caso a convocação for enviada por e-mail e o servidor não se fizer presente, é
257 possível cortar o ponto. Orientou-se que se caso as reuniões forem publicadas no calendário do
258 *campus*, não há necessidade de ciência do servidor, ou através de publicação no Diário Oficial
259 da União. Comentou-se sobre a visão que os servidores têm sobre o Colégio de Dirigentes,
260 personifica todos os dirigentes, perpassando uma visão negativa, mesmo que observe todos os
261 preceitos legais. O professor Amilton ressaltou que se destaque para os servidores que no IFRS
262 é possível a discussão, tendo em vista a preocupação que se tem com a construção democrática.
263 A professora Cláudia solicitou que se conscientizem os servidores para que assumam suas
264 atribuições inerentes, que se tenha maior comprometimento. Daqui para frente os órgãos de
265 controle fiscalizarão de forma mais atenta. Comentou que a Reitoria está adotando horário
266 especial, considerando cobrança interna dos servidores, em virtude de outros *campi* também
267 estarem fazendo este horário. O professor Osvaldo colocou que cada *campus* tem suas
268 especificidades e que Rio Grande não faz recesso final de ano. Coloca a necessidade de um
269 calendário único, pelo menos com diretrizes a serem seguidas. O professor Júlio coloca que este
270 tipo de medida não pode sair da Reitoria ou do Colégio de Dirigentes. Sugeriu que fosse
271 determinado pelo Conselho Superior, tirando o ônus dos dirigentes. A Reitora reiterou a
272 necessidade de desvincular a reunião do Colégio de Dirigentes da reunião do Conselho
273 Superior, abrindo para a comunidade as reuniões do CD. Findando a reunião, mas não
274 extinguindo os temas de pauta, encerrou-se o primeiro dia dos trabalhos. Aos dezoito dias do
275 mês de janeiro de dois mil e doze, reuniram-se os membros do Colégio de Dirigentes, já
276 nominados anteriormente, às nove horas, para dar continuidade à reunião e aos assuntos de
277 pauta pendentes. Não esteve presente o professor Mariano Nicolao, Diretor do *Campus* Canoas.
278 Participou da reunião o engenheiro Cláudio da Silva Goebel, Diretor da Diretoria de Projetos e
279 Obras, com tema específico de pauta. A professora Cláudia iniciou a reunião comentando acerca
280 da visita do Pró-Reitor e a Reitora do Instituto Politécnico do Porto, Instituição de Ensino de
281 Portugal, que congrega todas as formações não acadêmicas. O intuito do grupo é visitar alguns
282 *campi* do IFRS, objetivando conhecimento da Instituição e, provavelmente, formalização de
283 parceria. Considerando a limitação de tempo da agenda, somente será visitado os *campi* Bento,
284 Farroupilha e Porto Alegre. O Instituto Politécnico trabalha a modalidade “Especialidade
285 Técnica”, na qual alunos do IFRS na modalidade subsequente teriam formação na Instituição
286 Estrangeira e retornariam, sendo que como pré-requisito o aluno tem que ter pelo menos doze

287 (12) anos de estudo ou ser maior de vinte e três (23) anos. Tal modalidade pode beneficiar
288 nossos alunos de PROEJA, e da modalidade subsequente. O Instituto Federal de Santa Catarina
289 (IFSC) manda seus alunos para fazer seus trabalhos de conclusão e retornando, defendem
290 também o trabalho na Instituição de Origem. A professora Viviane retomou assunto tratado na
291 última reunião do CD, sobre o edital do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas
292 Empresas – Serviços em Inovação e Tecnologia (SEBRAE-TEC), sobre a possibilidade de
293 credenciar o IFRS na modalidade de prestação de serviço. Durante o cadastro, deparou-se com
294 vários problemas, que estão sendo socializados para ver os caminhos a ser tomados, entre eles:
295 Não há como transferir os recursos para os professores diretamente; Há a necessidade de
296 formalizar termo com fundação para viabilizar o repasse e, para tal, se faz necessário apresentar
297 documentos do IFRS e da instituição para cadastro; Quando da inscrição, temos que informar as
298 áreas que o *campi* têm interesse em prestar o serviço e cada área deve ter um currículo de
299 técnico cadastrado; Há a necessidade de ter um coordenador técnico para o programa dentro do
300 IFRS, pois este tem várias atribuições, o qual inclusive terá a função de multiplicador,
301 repassando os conhecimentos através treinamento aos demais. Em virtude do exposto, solicitou-
302 se que os dirigentes se interessem do edital e desse retorno posterior, pois há a necessidade de
303 informar as áreas que os *campi* têm profissionais interessados em prestar consultoria. O edital
304 do SEBRAE é destinado às instituições públicas e/ou privadas que tem interesse em prestar
305 serviços à Instituição, mediante contrapartida financeira desta. O professor Sérgio colocou que o
306 SEBRAE esteve no *Campus* Erechim objetivando formalizar o convênio. Ressaltou que será
307 mesmo necessário viabilizar acordo com a FAURGS para poder participar do edital. Assim, se
308 faz necessário formar uma equipe no IFRS para trabalhar junto à FAURGS com o fim de
309 viabilizar o edital. A professora Tatiana destacou que já atuou como consultora do Programa
310 SEBRAE-TEC e enfatizou que se faz necessário a indicação de uma pessoa específica
311 responsável por intermediar a relação entre as instituições. O professor Osvaldo concorda que o
312 convênio entre a instituição e a FAURGS é trabalhoso, porém enfatizou que este processo não
313 deve impedir a participação no edital. Colocou que a remuneração é interessante, apesar dos
314 descontos incidentes e destacou a importância da participação do IFRS, inclusive pela
315 experiência que se adquire com o processo. O professor Odirce colocou que o SEBRAE
316 procurou o *Campus* Sertão e que tem grande demanda no Estado para o período. A professora
317 Viviane afirmou que há a necessidade de se estabelecer um prazo para que sejam repassadas as
318 áreas de interesse dos *campi* e quem são os profissionais, pois os técnicos devem ser
319 cadastrados. O professor Júlio enfatizou que FAURGS não negocia com instituição que não
320 possui norma aprovada pelo Conselho Superior estabelecendo a carga horária permitida aos
321 técnicos e docentes realizar atividades de consultoria. A Reitora sugeriu que se buscasse a
322 norma estabelecida pelo Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica e ao Emprego
323 (PRONATEC) e se encaminhasse proposta ao CONSUP para aprovação. Ficou acordado que o

324 prazo para envio das informações é final de fevereiro, dia vinte e oito, data da reunião do
325 CONSUP. Sobre trâmites com a Fundação a Pró-Reitoria de Extensão desenvolverá os
326 procedimentos necessários. O professor Augusto apresentou a proposta de redação sobre a
327 retificação da normativa que trata a questão das redistribuições. Recebeu consentimento de
328 todos sobre a redação do documento. **Sobre a questão das Obras.** A Reitora iniciou
329 apresentando breve relato sobre os problemas com relação a obras nos anos anteriores. A
330 SETEC aceitava um plano simples até então, mas ocorreu muita confusão e acabaram mudando
331 o processo a partir do corrente ano. Com a Portaria SETEC nº 330 de 28/12/2011, alteram-se os
332 procedimentos para formalização de créditos orçamentários, acrescentando ao termo de
333 cooperação novos documentos a serem anexados para solicitação dos recursos. Justifica-se
334 através dos controles do Tribunal de Contas da União, a questão da uniformização, entre outros
335 mecanismos. Chamou a atenção que um dos anexos é o Acordo de Metas e Compromissos, que
336 também será levado em conta para a descentralização orçamentária. Ponderou que existem
337 problemas de obras com relação encaminhamento de projetos novos, reformas, fiscalização de
338 obras, entre outros. Enfatizou que a partir de agora, será cumprido a Portaria nº 330,
339 instrumento muito útil para a administração. Através de pregão, licitou-se uma equipe de
340 engenharia que passará a fazer os projetos para o IFRS. A professora Tatiana asseverou que tem
341 que ter um pulso firme de ambos os lados – Engenharia e *Campus*, para que se evite as
342 constantes alterações no projeto. O caso de Caxias tem que ser um aprendizado para que
343 situações semelhantes não aconteçam mais. O professor Sérgio destacou que quando da
344 concepção do projeto, caso de Caxias, Osório, Canoas e Restinga, não tinha a presença dos
345 professores, e quando estes tiveram conhecimento, começaram a apontar os defeitos ou o que
346 poderia vir a dar errado. Sobre o Projeto de Alimentos, do *Campus* Erechim, houve a
347 participação dos professores. Sobre o projeto das bibliotecas, já apareceram alterações, mas tem
348 que ter esse apoio e a justificativa. Ressaltou também que em alguns pontos, o Diretor não tem
349 conhecimento das alterações, por que a situação fica sob responsabilidade da Comissão de
350 Obras ou com o Departamento Administrativo. O professor Amilton concordou que essas
351 alterações nos projetos têm provocado atraso na obra e problemas à engenharia. Citou o caso de
352 Caxias como o mais complicado e enfatiza que se observe uma padronização nos projetos,
353 considerando as questões de topografia, mas o estabelecimento de um projeto padrão agilizaria
354 o processo. Concorda com a questão de fluxo e citou que tem que se criar uma ordem de
355 prioridades. Colocou que não as reuniões que foram combinadas, não estão acontecendo. O
356 engenheiro Cláudio citou que o problema maior foi o *Campus* Caxias, considerando que o
357 projeto foi doado e não tinha nenhum técnico/professor para acompanhar. Sobre o projeto do
358 *Campus* Erechim, faltou a cantina, o que demanda adaptações no projeto inicial. Colocou que
359 não é contra os projetos pré-moldados. Estão trabalhando em Caxias mais de anos em cima de
360 alterações de projetos. Coloca que o que complica é a alteração dos projetos, que implica em um

361 trabalho muito maior por parte da equipe envolvida. O professor Claudino afirmou que a sua
362 colocação é no mesmo sentido que a do professor Sérgio. Sobre o *Campus* Osório o projeto é
363 anterior ao Instituto e colocou que as alterações que ocorreram foram extremamente necessárias
364 para o funcionamento do *campus*. A forma como foi encaminhado sim pode ser questionada.
365 Hoje estão em um espaço que necessita mudança, para o *campus* novo. A equipe da construção
366 está colocando que não ficará pronto tão logo, nem março, abril. Enfatizou que falta a definição
367 de prazos sobre a possibilidade de mudança ainda em 2012. O Diretor de Tecnologia da
368 Informação, Alexandre Leite, está cobrando sobre o polo EAD no *Campus*, porém falta espaço
369 para implementação. A professora Cláudia destacou que se a Comissão de Obras alterar
370 qualquer coisa no projeto, o Diretor do *Campus* é o responsável pelas decisões tomadas. Tem
371 que observar as questões legais. Há a necessidade de se tratar os processos com rigorosidade
372 igual para todos, sem flexibilizar situações para uns em detrimentos dos demais. Entende que os
373 professores tem que participar da construção dos projetos e observa que tem que ter registro em
374 ata sobre a participação deles, implicando em compromisso/responsabilidade. Não serão aceitos
375 os projetos sem a documentação contemplada na Portaria nº 330. Relativo à questão de
376 prioridade, o tema já foi discutido em reunião com a engenharia, porém existem conceitos
377 diversos sobre o tema. Sugeriu que a análise dos projetos deve ser por entrada de data na
378 engenharia, através do número de protocolo. Considera importante a construção de uma
379 recomendação normativa, com orientações gerais, sobre o funcionamento e trâmites do termo de
380 cooperação. Resumidamente apresentou a proposta de encaminhamento, a saber:
381 Primeiramente, realizar reunião com o setor de engenharia e os diretores para definição inicial
382 do projeto; Em seguida, a empresa licitada constrói o projeto; Depois, o projeto, contendo toda a
383 documentação, deve ser protocolado no setor de engenharia; Procede-se à análise do projeto
384 pelo setor responsável; Encaminhamento do termo de cooperação à SETEC. O professor
385 Augusto apresentou que a Comissão de Desenvolvimento Institucional está encaminhando a
386 questão de fluxos. Apontou que o Tribunal de Contas da União (TCU) sugere documentos que
387 devem ser seguidos, que devem anteceder a licitação, constituindo a fase preliminar do processo
388 – programa de necessidades, estudo de viabilidade e anteprojeto. Assim, propõem que se siga
389 este trâmite, contemplando os documentos supracitados, tendo em vista que o fluxo de obras a
390 ser implementado terá estrutura semelhante à apresentada. O professor Amilton coloca que
391 deve-se partir de um estudo das demandas dos *campi* e cruzar as informações, para ver onde é
392 possível unificar projetos e, a partir disso, realizar posteriormente as correções necessárias. A
393 professora Cláudia enfatizou sobre os prazos, na qual a situação do *Campus* Osório ainda é
394 melhor que a dos *Campi* Restinga e Caxias, cuja previsão para conclusão é para meados de
395 2012. O problema de atraso de obras não é específico de um único *campus*, mas de todo o
396 Brasil. Ponderou que não há a necessidade de delimitar a previsão de término das obras para a
397 comunidade, considerando que os problemas de atrasos que ocorrem. A professora Tatiana

398 afirma que a questão de prioridades não demanda tanta preocupação. Aponta que devem ser
399 delimitados critérios claros a serem adotados por todos. Concordou com o professor Amilton
400 sobre a execução do projeto, que caso este já esteja definido, que só se corrija o que for ilegal e
401 não mudanças pequenas. O professor Sérgio destacou a importância de delimitação de prazos
402 para montagem e liberação dos projetos. Colocou ainda sobre a importância de
403 acompanhamento do projeto em sua fase inicial. Sobre o projeto que a Reitoria dispõe, enfatizou
404 que o projeto é interessante, considerando as possibilidades de flexibilização que o mesmo
405 permite, viabilizando adaptações e modificações que podem configurar novas
406 estruturas/ambientes. O engenheiro Cláudio comentou sobre os critérios, sugeriu que se
407 levantassem as demandas em determinado prazo e que se defina uma comissão, para que esta
408 analise os critérios de prioridade para ficar mais justo, tendo em vista que os mais qualificados
409 sempre encaminharam com mais agilidade e sempre teriam prioridade, caso o critério fosse o
410 protocolo. O professor Sérgio ressaltou que há de se considerar o Plano Diretor de cada *campus*,
411 para que se possa seguir uma sequência de projetos, independentemente dos diretores. A
412 professora Viviane destacou que a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) contratou
413 empresa para fazer um levantamento das necessidades de seus *campi*. A professora Cláudia
414 compreende que é difícil julgar quem deve ter prioridade na execução do projeto. Não
415 necessariamente a questão do protocolo seja executado antes em virtude dos recursos, uma vez
416 que sem o recurso o projeto não pode ser executado. Talvez um dos critérios a ser adotado é o
417 *campus* ter projeto elaborado e o recurso para a execução da obra. Colocou que o Plano Gestor é
418 muito importante, pois pode acontecer de vir recursos para os *campi* e não os operar por falta de
419 projetos. O engenheiro Cláudio colocou que talvez a empresa contratada não consiga fazer todos
420 os projetos ao mesmo tempo, influenciando na ordem de execução. A professora Cláudia
421 realizou levantamento de obras por *campi*, acerca de demandas emergenciais, a saber: Erechim
422 – quadra e laboratório de mecânica, auditório; Bento Gonçalves – centro de convivência, salas e
423 laboratórios; Farroupilha – reforma parte elétrica; Feliz – sala de aula, ginásio, auditório,
424 biblioteca, refeitório; Caxias – administrativo, biblioteca, ginásio, refeitório; Osório –
425 convivência, ginásio de esportes; Colocou que se preocupa que alguns *campi* não têm projetos.
426 Biblioteca, já existe o projeto, só é necessário recurso. Quadra de esportes não é uma demanda
427 urgente, pois já existe projeto também. O professor Sérgio ressaltou novamente a importância
428 de se considerar o planejamento das construções dos *campi*, considerando a área construída e as
429 necessidades, prevendo a expansão que o *campus* pretende ter. A professora Cláudia apontou
430 que há de se pensar na questão dos refeitórios, para quem tem Ensino Médio Integrado, pois é
431 obrigatória a oferta de alimentação aos alunos. O engenheiro Cláudio, em levantamento breve,
432 colocou que a maioria já tem projetos e apontou a falta de pessoal para fiscalização nos *campi*.
433 O professor Sérgio sugeriu a terceirização de profissional para fiscalização, porém o prazo para
434 o pregão/licitação é demorado, mas solucionaria o problema. Sugeriu que se monte um

435 cronograma de visitação/acompanhamento dos projetos, enquanto se inicia o processo de
436 licitação para contratação de fiscais. A professora Cláudia colocou que podemos ter uma
437 empresa licitada para fazer os projetos e para realizar a fiscalização, porém o problema é
438 pontual e já está ocorrendo nas obras que estão em fase inicial. O professor Sérgio sugeriu a
439 utilização dos arquitetos que os *campi* possuem para auxiliar no processo, até a chegada dos
440 profissionais licitados. Ficou decidido que o Cláudio acompanhar  as obras de Osório e
441 Restinga, Bruno acompanhar  Erechim, Ibirubá e Sertão, Carlos, acompanhar  as obras no
442 *Campus* Bento Gonçaves e Vanderlei, o *Campus* Caxias do Sul. O acompanhamento será
443 realizado em três dias cada *campus*. Também questionou-se acerca da necessidade de veículo
444 para deslocamentos dos fiscais, ao passo que o grupo concordou em disponibilizar veículos dos
445 *campi* para auxiliar no processo. A professora Viviane sugeriu que já se contratasse também a
446 empresa para fazer os projetos, conjuntamente com a empresa que realizar  a fiscalização, assim
447 a mesma empresa faria e fiscalizaria os projetos. A professora Cláudia abriu discussão sobre os
448 critérios, para que seja definido e, posteriormente, incluído no fluxo de trabalho. Ressaltou que
449 provavelmente o maior problema do Instituto será a questão das reformas, pois quase todos os
450 *campi* estão com essa demanda. Questionou também acerca dos critérios a serem utilizados para
451 as reformas. O professor Sérgio sugeriu fazer um levantamento acerca das reformas necessárias.
452 O professor Giovani colocou que veio o termo do *Campus* Porto Alegre para a assinatura da
453 Reitora, porém não contemplava todos os documentos da Portaria n . 330. Colocou que
454 provavelmente pode não passar na SETEC pela falta de documentos. O professor Júlio
455 comentou que o Secretário Eliezer chamou o professor Sangoi pessoalmente e que está
456 preocupado com a perda do cargo e em virtude disso estava sendo encaminhado o plano de
457 cooperação com documentos faltantes. O Diretor de Gestão de Pessoas Vicente apresentou que
458 a FAURGS vai repassar ainda hoje o convênio e até final do mês, será enviada a minuta do
459 edital. Será encaminhado os nomes dos professores Sérgio e Osvaldo para assinatura do
460 convênio. Retomando a discussão sobre os critérios a ser estabelecidos para as obras/reformas, a
461 professora Viviane ponderou que o primeiro critério deveria ser o recurso financeiro. O
462 professor Júlio acrescentou que este talvez deva estar associado à ordem de protocolo. A
463 professora Cláudia ressaltou que para protocolar termo de cooperação, há a necessidade de
464 atender a Portaria n . 330. Ressaltou ainda que será incluso na Instrução Normativa que conter 
465 os fluxos, que só será possível protocolar termo de cooperação os projetos que estiverem
466 contemplados no plano de gestão, que possuírem recursos e que estiverem acompanhados do
467 plano de necessidades. O professor Claudino questionou sobre o convênio com a Corlac, no
468 qual a prefeitura licitar  e executar  o projeto, somente havendo a contrapartida do projeto pelo
469 IFRS. Porém a obra não consta no Plano de Gestão. O professor Sérgio destacou que talvez se
470 poderia tomar uma decisão no Colégio de Dirigentes a fim de possibilitar a realização de obras
471 não previstas no plano de gestão, possibilitando casos de excepcionalidades. A professora

472 Cláudia ressaltou que não se deve criar uma regulamentação que engesse o processo, para não
473 voltar atrás de decisões tomadas. Ficou decidido que o Colégio de Dirigentes definirá questões
474 referentes às obras/reformas, considerando que o grupo se reúne com certa regularidade. O
475 professor Sérgio questionou acerca de orientações sobre a avaliação de imóveis, bem como o
476 patrimônio existente, através de e-mail enviado pela Rosane, Pró-Reitora Adjunta de
477 Administração, sobre o Relatório de Gestão. Ficou combinado que a professora Cláudia
478 encaminhará e-mail posterior aos Diretores, com esclarecimentos sobre a questão. O servidor
479 Marcio comentou sobre o Programa Ciência sem Fronteiras (CSF). Atualmente o IFRS possui
480 cinco (5) cotas de bolsas, porém, devido às constantes atualizações do programa, temos
481 enfrentado alguns problemas quando da indicação dos bolsistas contemplados. Ressaltou que
482 acerca do Edital para o Canadá – Tecnólogo Sanduíche no Canadá, o grande complicador é a
483 certificação em língua estrangeira – Inglês e/ou Francês. A professora Cláudia colocou que
484 existem duzentas (200) vagas para os Institutos Federais, porém é um período complicado,
485 devido às férias. Solicitou que se fizesse uma mobilização nos *campi* com o intuito de preencher
486 as vagas. Sobre a prova de certificação, o British Council, instituição que aplica o *International*
487 *English Language Testing System (IELTS)*, se prontificou a disponibilizar turmas especiais para
488 realizar a prova. Ressaltou ainda que os alunos contemplados com bolsas terão período de
489 imersão na língua francesa, o qual também está em discussão para possibilitar ao estudantes de
490 língua inglesa. A professora Viviane ressaltou que como se trata de edital específico para
491 tecnólogos que se sensibilizem os coordenadores de cursos que conhecem mais os alunos. A
492 professora Cláudia se prontificou a encaminhar e-mail ao grupo do CD e solicitou que se
493 encaminhe aos docentes para sensibilização sobre o programa. Findado os tópicos da pauta,
494 encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata, a qual foi aprovada e assinada por todos os
495 presentes.

496 Cláudia Schiedeck Soares de Souza

497 Augusto Massashi Horiguti

498 Giovani Silveira Petiz

499 Viviane Silva Ramos

500 Cláudio da Silva Goebel

501 Luiz Vicente Koche Vieira

502 Marcio Santin

503 Amilton de Moura Figueiredo

504 Claudino Andrighetto

505 Ivan Prá

506 Júlio Xandro Heck

507 Luciano Manfroi

508 Mariano Nicolao

509	<u>Marcelo Lima Calixto</u>
510	<u>Melissa Dietrich da Rosa</u>
511	<u>Odirce Teixeira Antunes</u>
512	<u>Oswaldo Casares Pinto</u>
513	<u>Sérgio Wesner Viana</u>
514	<u>Tatiana Weber</u>